

Ideias e discursos abolicionistas na Parahyba do Norte

LUCIAN SOUZA DA SILVA[†]

SOLANGE P. ROCHA[‡]

O presente artigo tem como objetivo expor resultados parciais de projeto de pesquisa, desenvolvido junto ao *Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista* (DH/UFPB), no qual analisamos as ideias e os discursos abolicionistas em jornais publicados na década de 1880, período em que houve um acirramento em torno das lutas pela abolição da escravidão e uma intensificação da campanha abolicionista em todo o país. Nosso recorte espacial é a Província da Parahyba do Norte e, a partir de uma seleção de fontes históricas, procuramos identificar e analisar os discursos abolicionistas nos jornais *O Arauto Parahybano* (1887) e *O Emancipador* (1883), que circulavam na Parahyba do Norte às vésperas da assinatura da Lei Áurea, de nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

Para esta pesquisa, referendamo-nos nos estudos de Emília Viotti da Costa (1986), que abordou o abolicionismo de uma maneira mais panorâmica, buscando desde os discursos e as ideias que legitimavam a escravidão e como se deu a deslegitimação do sistema escravista como instituição social, e que entendia o Movimento Abolicionista brasileiro dividido em fases de acordo com suas propostas e reivindicações, destacando o importante papel dos escravizados e seus “heróis anônimos” assim como figuras de relevância nacional como Luiz Gama (1830-1882), André Rebouças (1838-1898) e Joaquim Nabuco (1849-1910). Em Joseli Nunes Mendonça (2007), na qual verificamos importantes reflexões sobre como se forjou a imagem da Princesa Isabel como “Redentora” e como isso solapou a participação dos escravizados no processo de abolição. Fazendo uma junção entre uma análise jurídica e social, a autora busca reconstruir as *cenas da abolição* no Brasil.

Procuramos nos apoiar também no importante estudo de Diana Soares Galliza (1979), que analisa, a partir de uma perspectiva econômica, o “declínio da escravidão na Paraíba” e

^{††} Discente do Curso de História na Universidade Federal da Paraíba.

[‡] Orientadora Prof.^a Dra. Solange P. da Rocha do Departamento/PPGH de História da UFPB, coordenadora do Grupo de Pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista* do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI/UFPB

nos mostra dados sobre a mão de obra escravizada na economia provincial. A autora lança luz sobre a participação dessa população na zona pecuária da Província e de como as manumissões e as fugas contribuíram para o fim da escravidão também na Paraíba. Em seu quinto capítulo, a autora traz uma análise, intitulada “A Paraíba e a Abolição”, no qual nos fornece uma série de dados sobre como aconteceu o Movimento Abolicionista na Província.

O abolicionismo brasileiro e suas associações

Um dos caminhos para se pensar a atuação do Movimento Abolicionista[§] no Brasil, especialmente na Parahyba do Norte, é através das diversas associações abolicionistas criadas em todo o Império, desde a primeira metade do Século XIX^{**}. Em sua edição de 12 de abril de 1883, o jornal paraibano denominado *O Emancipador* expressa a profusão de um associativismo de cunho abolicionista brasileiro:

Em todos os pontos do império tem surgido e continuão a surgir sociedades libertadoras; e porque rasão a Parahyba se deveria mostrar surda e imóvel ante esse espírito abolicionista, que hoje domina os corações de quase todos os brasileiros. (O Emancipador, 12 de Abril de 1883).^{††} Grifos nossos.

Essas instituições foram importantes porque levaram o problema da escravidão para ser discutido além do Parlamento e contribuíram apenas para o processo de deslegitimação da mentalidade escravista entre os próprios escravizadores. Isso quer dizer que a elite social e política do império, ao mesmo tempo em que organizava comícios, palestras e reuniões, em que a escravidão era discutida abertamente, servia de caminho para as primeiras tentativas de inserção da mulher na arena pública, quando elas se engajavam no Movimento Abolicionista acompanhando seus pais, maridos e filhos. Seguindo um modelo anglo-americano, essas instituições eram associações civis formadas, inicialmente, por membros da elite social que haviam conseguido desvencilhar-se das amarras da mentalidade escravista, cujo objetivo inicial era promover eventos de divulgação das ideias e das propostas abolicionistas. Uma característica marcante das primeiras associações que surgiram, ao largo da arena política

[§] O Movimento Abolicionista é entendido como um Movimento Social, uma vez que é uma forma contemporânea de expressão das demandas sociais ao Estado (ALONSO, 2011, p. 193)

^{**} Fundada em 1847 por Caetano Alberto Soares, a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Índios foi a primeira associação com esse perfil no Brasil (Alonso (2011).

^{††} Algumas fontes utilizadas nesta pesquisa estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 nov. 2011).

nacional, era que, enquanto os deputados estavam no Parlamento exercitando seus jogos de interesses, os membros dessas sociedades estavam nas ruas e nos teatros, debatendo com as pessoas, muitas delas escravizados ou libertos, sobre a necessidade de se por um fim, mesmo que gradual, à escravidão. As propostas dessas instituições baseavam-se em um gradualismo para extinguir a escravidão no Brasil, não propunham nenhuma mudança estrutural no sistema escravista e contestavam, mas não revolucionavam. Angela Alonso caracteriza essas associações abolicionistas como

associativismo ordeiro em forma e objetivos de corte liberal, mas avançando paralelo ao Parlamento, usando o espaço público para espalhar panfletos, jornais e cerimônias públicas de ritualização da entrega de cartas de liberdade adquiridas com doações arrecadadas (ALONSO, 2011, p. 176).

Mas, como entender o contexto que gerou o crescimento das associações abolicionistas nesse período? Aliados da arena política, em 16 de julho de 1868, com a saída do ministro Zacarias de Góis da chefia do gabinete, por força do Poder Moderador, dentro do vai e vem político que caracterizou o Segundo Reinado (1840-89), a partir de então os liberais deixaram de lado o ambiente parlamentar e adentraram o espaço público “com manifestos, jornais, clubes e conferências proselitistas de protesto e de reforma” (ALONSO, 2011, p. 172). A destituição do gabinete, juntamente com a dissolução da Assembleia Geral, a maioria composta por membros do Partido Liberal, que deram lugar a uma assembleia quase unanimemente conservadora, provocou uma mudança nas táticas de atuação do Partido Liberal, que repercutiu também nas ações empreendidas pelo Movimento Abolicionista, ao passo que os liberais se apropriaram do espaço público para manifestar suas ideias e rivalidades e abriram caminho para que outros segmentos sociais também o fizessem.

Assim, durante a década de 1860, as discussões sobre o problema da escravidão invadem os espaços públicos do império brasileiro, gerando um crescimento das associações e a democratização dos protestos abolicionistas que eram limitados ao ambiente aristocrático e das instituições políticas. Nesse período, temos a criação de 23 associações em todo o império. Conforme mostra Alonso, “entre 1860 e 1872, foram criadas oito associações no Sul, dez, no Norte, e cinco, em São Paulo” (ALONSO, 2011, p. 175). Para Robert Conrad, “a destituição do gabinete liberal e a nomeação de um ministério conservador pelo imperador

despertou fortes sentimentos reformistas entre estudantes, escritores, políticos liberais e uma parte da população urbana informada” (CONRAD, 1975, p. 103).

É com essa atmosfera política e social que a Lei Rio Branco, de nº 2.040, foi assinada em 28 de setembro de 1871. Sua aprovação agravou a instabilidade no cenário político nacional e acirrou, ainda mais, os ânimos entre conservadores e liberais e provocou, entre outros desdobramentos, a criação do Partido Republicano em 1870. Para Conrad, “a lei da reforma da escravatura de 1871 desencadeou um debate nacional quase sem precedentes” (CONRAD, 1975, p. 116). A hegemonia conservadora durou de 1868 até 1878, quando uma nova conjuntura política favorável ao Movimento Abolicionista se configurou no cenário nacional com a subida dos liberais ao poder, depois de uma década afastados da influência política. Durante o período em que estiveram apartados, os liberais forjaram um programa reformista e uma imagem de crítica aos métodos tradicionais dos conservadores. “Assim, a ascensão liberal foi interpretada como ampliação de oportunidades para expressão de pleitos políticos e diminuição de ameaças de repressão. Campo no qual o associativismo abolicionista poderia se desenvolver e pressionar pela tramitação da abolição” (ALONSO, 2011, p. 178).

E assim o fez. A partir desse período, as associações abolicionistas foram criadas como nunca antes. De 1878 até 1885, foram criadas 87 associações em todo o Império, e o abolicionismo se expandiu e se nacionalizou. Essa nacionalização foi observada na Parahyba do Norte, com a criação de três associações: a Emancipadora Areiense, criada em 1873, na cidade de Areia, interior da província; a Emancipadora Parahybana, fundada na capital, em 1883; e a Emancipadora 25 de março, criada em 1885, na cidade de Mamanguape, também no interior da província.

Esse crescimento não foi acompanhado pela elite social, e a onda abolicionista que invadiu o Brasil, naquele momento, fez com que setores antes excluídos se integrassem aos quadros das instituições, o que permitiu não apenas a participação de mulheres, mas também de escravizados e libertos. Conrad afirma que

representantes de todas as classes e profissões vieram, eventualmente, a envolverem-se no abolicionismo – escravos e donos de escravos, trabalhadores e proprietários de terras, atores, músicos, animadores, capitalistas e trabalhadores das estradas de ferro, comerciantes, advogados, professores, militares e estudantes (CONRAD, 1975, p. 180).

A partir desse momento, o Abolicionismo adquiriu diversidade social, sem perder o apoio dos setores da elite que, desde a primeira metade do Século XIX, como vimos, formava seus quadros. Em uma sociedade tradicional e hierarquizada, como era o Brasil no período, o papel da mulher de elite e das camadas médias era restrito ao ambiente doméstico, entretanto, aos poucos, a mulher foi ocupando o espaço público, e uma das formas para isso era sua participação nas associações abolicionistas, pois, “além da multiplicidade social, as associações exibiam a inclusão política de gênero” (ALONSO, 2011, p. 186).

Foi também nesse período que surgiu o que podemos chamar de “abolicionismo negro”^{††}. Graças à conjuntura política de 1878, com a ascensão liberal, figuras como José do Patrocínio, Vicente de Souza e André Rebouças compõem esse quadro de abolicionistas negros que, de alguma forma, conseguiram romper as amarras da hierarquia sociorracial do Brasil oitocentista. Esse abolicionismo negro foi institucionalizado em 1880, com a criação da Associação Central Emancipadora, que congregava pessoas de fora do sistema político.

Seguindo os passos do abolicionismo negro, Joaquim Nabuco cria, no mesmo ano, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, cujo perfil se cambaleava entre o parlamento e o ativismo social. Em 11 de agosto de 1883, é criada, na capital do Império, a Confederação Abolicionista, com o objetivo de congregar as várias associações abolicionistas do Brasil. À frente dessa sociedade estavam André Rebouças e José do Patrocínio. No início, a Confederação reunia 13 entidades; posteriormente, outras 20 associações aderiram. A Confederação Abolicionista “envolveu-se em praticamente todos os eventos abolicionistas relevantes desde seu surgimento até o fim da escravidão” (ALONSO, 2011, p.183).

Ressalte-se, no entanto, que a análise das ações dos abolicionistas não pode ser restrita aos “belos sentimentos da filantropia” que eles diziam nutrir pelos escravizados. Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo, “os abolicionistas mais propagandeavam a abolição do que se posicionavam firmemente a respeito” (AZEVEDO, 1987, p. 88). Muito além da filantropia, prevaleciam os interesses dos grupos dominantes. Os abolicionistas eram indivíduos que, apesar de terem conseguido se desvencilhar das amarras da mentalidade escravista, ainda eram dependentes, de forma direta ou indireta, da grande propriedade. Contudo, sua atuação foi importante para desfazer os fios que legitimavam a escravidão, no

^{††} Esse conceito ainda está em construção e é discutido, entre outros autores, por Alonso (2011).



emaranhado tecido social brasileiro oitocentista, visto que suas ideias e discursos foram, aos poucos, minando a visão positiva que se tinha do trabalho escravo e do escravizado.

Discursos e práticas abolicionistas na Parahyba do Norte

Para entender como as ideias e os discursos abolicionistas foram introduzidos na Parahyba do Norte, precisamos compreender o contexto político-econômico e social da província na segunda metade do Século XIX. Para Diana Soares Galliza (1979, p.22),

a escravidão foi o sustentáculo da economia paraibana, sobretudo, nos tempos coloniais. A colonização da Paraíba teve início com a agricultura de cana-de-açúcar, por muito representou sua principal força econômica. Mas foi o braço escravo que possibilitou o seu desenvolvimento.

A utilização da mão de obra escravizada foi um elemento constitutivo também da sociedade paraibana oitocentista, como demonstrou Galliza (1979). Ela esteve no cerne de sua economia durante todo o período colonial e adentrou o Século XIX. Entretanto, a economia da Parahyba do Norte, na segunda metade do mesmo século, iniciou com debilidades na indústria açucareira, principal setor produtivo da província. Decorrente, entre outros fatores, de um contexto internacional resultante do aumento da concorrência de países europeus e de áreas americanas, como o Caribe. No caso paraibano, somava-se a isso a falta de técnicas e de instrumentos agrícolas, razão por que “a produção era pequena, seus custos elevados e o açúcar de qualidade inferior” (GALLIZA, 1979, p. 30). Em contrapartida à crise da indústria açucareira, verificou-se um aumento na produção algodoeira para atender ao mercado inglês, que vinha em expansão desde a Revolução Industrial, no Século XVIII, e com quem o Brasil estabelecera uma série de acordos econômicos desde a sua independência. Essa crise de abastecimento inglesa também era resultante da Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865), principal fornecedor de algodão para os ingleses.

A pecuária também teve sua importância na economia da província. Na segunda metade dos oitocentos, o comércio do couro gerava importantes rendimentos. Nas últimas décadas, o café também teve o seu papel na economia paraibana, em que se destacaram a cidade de Bananeiras e seus cafezais. Em todas essas atividades, o trabalho escravo esteve em seu alicerce, principalmente nas áreas de criação de gado do sertão paraibano, onde se

verificou a presença de mão de obra de cativos que, na segunda metade do século, dispunha de um número maior de escravizados se comparado com a área litorânea da Província. Na municipalidade sertaneja de Sousa, no ano de 1852, tinha uma população cativa superior à da capital da Província. Assim, enquanto Sousa detinha um percentual de 24,4% de escravizados, na cidade da Parahyba, havia 17, 8% de escravizados (GALLIZA, 1979, p.83).

No campo político, a predominância do Partido Conservador era notória, na política paraibana dos primeiros anos da segunda metade do Século XIX (MARIZ, 1987). O poder da política dos conservadores paraibanos era expressivo, tanto é que elegiam assembleias unânimes, ou seja, todos os deputados de uma determinada legislatura vigente eram de filiação conservadora. Esse fenômeno se constatou na 8ª Legislatura (1850-1851) e em todas as subsequentes, até a 12ª Legislatura (1858-1859), quando o Partido Conservador cessou sua força hegemônica. Celso Mariz, na tentativa de explicar a perda da força pelos conservadores, enunciou que, “aqui na Paraíba, ou por acordo ou por haver favorecido uma lei eleitoral de círculo^{§§}, que Paraná estabelecera para efetivar garantia, os liberais aparecem com contingente nessa assembleia” (1987, p. 38).

Como mencionamos, foram criadas, na Província da Parahyba do Norte, três associações que objetivavam a abolição dos escravizados. A primeira a ser criada foi a Emancipadora Areiense, fundada em 1873, na cidade de Areia, no interior da Província, por Manuel José da Silva, cuja principal ação política era a libertação de cativos, via carta de alforria e se inseria no movimento emancipacionista que respeitava o “direito de propriedade” e pregava a extinção do cativeiro de forma “gradual, através de cartas de alforria” (GALLIZA, 1979, p. 183). Na década de 1870, seu êxito foi bastante reduzido, o que levou o seu diretor, Manuel José da Silva, a reorganizá-la em 16 de março de 1883. Com as eleições, Silva mantinha-se como diretor e outros homens assumiram os cargos de oradores, como João Coelho Gonçalves e Firmino José Alves da Costa, de secretário que ficou com Marcolino Borges da Fonseca.

^{§§} Nesse período, o voto era censitário porque o eleitorado era caracterizado com base no nível de renda dos eleitores e feito por círculos, pois a eleição era realizada em dois níveis, conforme explica Rosa Maria Godoy Silveira: “um grupo de pessoas consideradas cidadãos (isto é, com direitos políticos) escolhia os eleitores de províncias, e esses é que escolhiam deputados e nomes para comporem as listas tríplexes de senadores, submetidos à indicação do imperador” (SILVEIRA, 1999, p.45).

Na capital, foi fundada a Emancipadora Paraibana somente em 1883, após a passagem de José do Patrocínio pela Cidade da Parahyba (GALLIZA, 1979). Sua diretoria era composta pelo engenheiro cearense Antônio Gonçalves Justa Araújo, pelo bacharel e deputado provincial nas 15^a e 23^a legislaturas, por Antônio Bernardino dos Santos, pelo farmacêutico Francisco de Moura e pelo Major e deputado provincial, entre 1874 e 1875, Francisco José do Rosário. Houve, ainda, a Emancipadora 25 de Março^{***}, fundada em 5 de maio de 1885, por João Pereira de Castro Pinto.

Concernente à difusão das ideias abolicionistas, os jornais^{†††}, principalmente nas últimas décadas do Oitocentos, tornaram-se um importante veículo para a propaganda abolicionista em todo o território brasileiro. É importante destacar que, mesmo em jornais assumidamente abolicionistas, havia suas contradições, pois estavam inseridos em uma sociedade excludente e segregadora. Como vimos, os discursos no Parlamento e as ideias que eram utilizadas pelos próprios abolicionistas para deslegitimar o sistema escravista resultavam também desse contexto social, oposição a uma instituição que permeava todo o tecido social brasileiro da época. Entretanto, os escravizados não ficavam à margem desse processo. Segundo Morel e Barros, “pode-se sugerir que os escravos, ainda que não aparecessem como sujeitos com voz própria nas páginas impressas, podiam ser leitores, diretos e indiretos, da imprensa, fazendo releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo as notícias e os informes” (MOREL; BARROS, 2003, p. 97).

Criado em 1883, O Emancipador^{†††} era um periódico de circulação semanal, no qual a Sociedade Emancipadora Parahybana difundia suas ideias e propostas. O objetivo da associação e de seu jornal foi publicado em sua adição inaugural, em 12 de abril de 1883. “A sociedade emancipadôra na capital da Parahyba; e o ‘Emancipador apresenta-se como seu órgão, para diser ao mundo a nossa norma de conducta, e o caminho que trilhamos, sem que

*** Existem poucas informações sobre essa sociedade. Galliza (1979) apenas menciona sua existência. Acreditamos que o nome dado à emancipadora é uma alusão à abolição feita no Ceará, em 25 de março de 1884.

††† Os jornais foram importantes veículos de difusão das ideias a favor da abolição da escravidão, surgida no Brasil desde o início do Século XIX. Assim, a imprensa contribuiu para se forjar a nacionalidade brasileira ao longo do século (MOREL; BARROS, 2003). Com um perfil doutrinador e propagandístico, em detrimento do factual e do descritivo, a imprensa, na primeira metade do Século XIX, ajudou na constituição dos “homens das letras” brasileiros e colaborou, também, na formação de “opinião pública” (MOREL; BARROS, 2003).

††† A assinatura do jornal O Emancipador custava, por semestre, 1\$500, por mês, 3\$00, e por ano, 6\$00.

procuremos perturba o direito dessa propriedade *sui generis* que foi entre nós implantada pelo direito da força” (*O Emancipador*, 12 de abril de 1883, acervo).

No periódico do dia 12 de abril de 1883, os abolicionistas paraibanos convidaram “o patriótico e humanitário povo Parahybano” para participar de um “bazar de prendas”, com o objetivo de arrecadar recursos para a Emancipadora. Segundo Emília Viotti da Costa, “as sociedades emancipadoras e abolicionistas que se criaram nesse período empenhavam-se, através de coletas, quermesses e leilões de prendas, em comprar a liberdade de alguns escravos” (COSTA, 1998, p. 462). Na Paraíba, em abril de 1883, anunciava-se atividades para se arrecadar recursos para libertação de cativos, como podemos observar no anúncio acerca do adiamento de um

Bazar de Prendas – Por não ter sido possível realizar-se por um preço commodo a elevação de um caramanchão no jardim de palacio e por não ter-se reunido, por falta de tempo, um numero sufficiente de prendas, resolver-se adiar o bazar para o domingo 15 do corrente, devendo ter lugar no pavimento tereo do thesouro provincial, sendo precedida de um pequeno concerto instrumental (O Emancipador, 12 de Abril de 1883).

Era muito comum, nas reuniões e nas conferências organizadas pelas diversas associações abolicionistas espalhadas pelo Império, haver apresentações artísticas, como vimos na citação mencionada, segundo a qual, além de ter a arrecadação de fundos para a libertação dos escravizados, haveria também “um pequeno concerto instrumental”. Para Ângela Alonso, os abolicionistas recorriam “às artes como forma de atração e sensibilização do público urbano para os horrores da escravidão” (ALONSO, 2011, p. 181).

No discurso proferido por J.J.E da Silva^{§§§}, na reunião de instalação da Sociedade Emancipadora Parahybana, em 25 de março de 1883, e publicado no *Emancipador*, na edição de 22 de junho do mesmo ano, o referido abolicionista traça um breve histórico da escravidão no mundo, remetendo-se à escravidão na Grécia e em Roma ou à escravidão dos “Patriarchas do velho testamento”, e se refere ao escravismo descrito no Antigo Testamento bíblico, à escravidão, na Ásia e na África e na Europa. Sobre as primeiras ações da Emancipadora Parahybana, ele afirma: “Devemos ter fé nos esforços que vão iniciando”, em seguida destacava “o renome de algumas emancipações gratuitas premeditadas principalmente depois

§§§ Não conseguimos encontrar o nome completo do referido abolicionista, por isso utilizamos a forma encontrada na documentação.

da nossa primeira reunião a 18 do corrente dia em q' se assignou a primeira acta dos trabalhos dessa associação" (*O Emancipador*, 22 de Junho de 1883).

O Jornal**** *O Arauto Paraybano* foi um outro periódico abolicionista. Tinha circulação semanal, foi fundado por estudantes do Lyceu Paraibano (GALLIZA, 1979), e sua linha editorial baseava-se em três vertentes, porque se propunha como *litterario, noticioso e abolicionista*. Assim, além de difundir ideias a favor da abolição da escravatura, o periódico também informava seus leitores sobre os acontecimentos ocorridos dentro e fora da província, como casamentos, óbitos ou eventos políticos, e publicava trechos de romances e poesias. Em sua epígrafe, consta uma citação de Shakespeare - *Ignorance is the curse of God; knowledge the wing wherewith we fly to heaven* (A ignorância é a maldição de Deus; o conhecimento é a asa com que voamos para o céu). O escritório e sua redação localizavam-se na Rua Duque de Caxias, nº 68, para onde deveriam ser encaminhadas as correspondências dos leitores e dos assinantes.

O periódico era composto pelas seguintes seções: o *Editorial*, em cujas edições analisadas abordava a temática da abolição da escravatura; o *Noticiário*, em que divulgava acontecimentos ocorridos tanto na província quanto em outras partes do império; uma seção de *Literatura e Chronica teatral*, na qual eram publicados trechos de romances e poemas, muitas das quais com temas abolicionistas. Havia ainda as seções de *Correspondências*; de *Variedades* e de *Anúncios*.

Para Conrad, o processo que culminou na libertação dos escravizados do Brasil, em 1888, foi sentido com menor impacto pelas províncias localizadas na Região Norte do território nacional. Segundo o autor, "durante o meio século decorrente entre a abolição do tráfico legal de escravos africanos, em 1831, e o advento do abolicionismo sem compromissos, muitos dos fazendeiros do norte já haviam feito os necessários ajustes psicológicos e práticos que lhes permitiriam aceitar a abolição da escravatura com uma paciência filosófica" (CONRAD, 1975, p. 150). Nesse sentido, a Parahyba do Norte estava entre essas províncias nortistas que, devido ao tráfico interprovincial, foram habituando-se ao trabalho livre e à ideia de libertação dos escravizados.

**** Além dos jornais analisados neste texto, outros também se identificavam com as causas abolicionistas, como por exemplo, *O Areense*, o *Diário Parahybano*, *A Parahyba*, *O Jornal da Parahyba*, *A Transição* e *O Pelicano*, ver GALLIZA (1979, p. 194).



A partir de tudo o que foi exposto, podemos concluir que a escravidão estava enraizada no território brasileiro e foi parte constitutiva da nossa sociedade por mais de três séculos. Por isso mesmo, o sistema escravista percorreu um longo percurso para poder ser deslegitimado. As próprias leis abolicionistas (1871 e 1885) elaboradas nas últimas décadas do Século XIX que tinham como foco o “elemento servil” foram, na verdade, tentativas de prolongar, o quanto possível fosse, as relações de subordinação que tanto caracterizavam a escravidão. Porém, apesar de todos os reveses, extinguiu-se a escravidão, mas não acompanhada de medidas que visassem introduzir os libertos no mundo dos brancos livres, e os ecos desse processo chegaram à Província da Parahyba do Norte, através das Sociedades Emancipacionistas e Abolicionistas, nas quais os discursos de seus membros defendiam o fim do cativeiro, com base no humanismo ilustrado, na moralidade cristã, buscando se aproximar o Brasil no modelo de civilização europeia. Com suas práticas políticas, essas instituições contribuíram, a seu modo, para o processo de desconstrução do sistema escravista da mentalidade dos escravizadores e da elite social e política que a legitimava.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

AIHGPPB

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRIO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA/ AIHGPPB

Livro de Honra da Emancipadora Areiense de 1884

Jornal O Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba, 22 de abril de 1888

Jornal O Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba, 06 de maio de 1888

Jornal O Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba, 27 de maio de 1888

Jornal O Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba, 29 de maio de 1888

Fontes da Internet

Jornal O Emancipador, Cidade da Parahyba, 12 de abril de 1883. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 nov. 2011).

Jornal O Emancipador, Cidade da Parahyba, 28 de abril de 1883. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 nov. 2011).

Jornal O Emancipador, Cidade da Parahyba, 22 de junho de 1883. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 nov. 2011).

Jornal O Arauto Parahybano, Cidade da Parahyba, 20 de maio de 1888. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 nov. 2011).

Bibliografia

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

- ALONSO, Ângela. Associativismo *avant la lettre*: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, vol. 13, nº 28, setembro-dezembro, 2001.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e razão nacional. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 35-81.
- _____. As batalhas da abolição. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 155-188.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. Escravidão e ideologias. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 389-531.
- _____. **A abolição**. São Paulo: Global, 1982.
- _____. Da escravidão ao trabalho livre. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999, p. 343-364.
- GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1979.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Uma “Revolução em família”: poder familiar e político no movimento de 1817. In: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). Tese (Doutorado em História), CFCH/UFPE, Recife, 2005.
- MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. João Pessoa, A União, 1987.
- _____. Os partidos políticos da Monarquia. In: MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa, A União. 3ª ed. 1994.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Cometas, caifazes e o movimento abolicionista. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: Movimentos Sociais na década da Abolição. São Paulo: Ed. USP, 2010, p. 133-162.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de Barros. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro; DP&A, 2003.
- REIS, João José. *Nos achamos em campo a tratar da liberdade*: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta (1500-2000)**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 243-263.
- ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Poder e política na Paraíba: colônia e império. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro; CITTADINO, Monique. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1999.
- VASCONCELOS, Iris Helena Guedes de; SOUSA, Silvana Vieira de. Ventre livre e razão emancipadora: mulher e abolição na Parahyba do Norte. In: FERREIRA, Luzilá Gonçalves;



ALVES, Ivia; FONTES, Nancy Fontes. **Suaves amazonas**: mulheres e abolição da escravidão no Nordeste. Recife: Universitária/UFPE, 1999, p. 141-170.